

PROVA - AUDITOR

INSTRUÇÕES PARA O CANDIDATO

1. O caderno de prova contém 40 (quarenta) questões objetivas, numeradas de 1 (um) a 40 (quarenta). Confira-o, se ele não estiver completo, chame o fiscal.
2. Verifique, também, seus dados no cartão de respostas e assine no espaço indicado no cartão de respostas.
3. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão de respostas oficial, anote, primeiramente no caderno de provas, as alternativas corretas para, somente, então, proceder ao preenchimento definitivo. Observe atentamente as instruções de preenchimento.
4. Somente serão consideradas, para avaliação, as questões respondidas no cartão de respostas que deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. Durante a prova, não é permitida a comunicação entre candidatos, nem a utilização de calculadoras, dicionários, telefone celular e de outros recursos didáticos e/ou eletrônicos, bem como portar armas de qualquer tipo.

IMPORTANTE

- A. O CARTÃO DE RESPOSTAS NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é a correta.
- B. O cartão de respostas não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
- C. Você deve marcar uma e apenas uma letra em cada questão objetiva no cartão de respostas. Devendo as demais letras ficar sem marcação.
- D. Não é permitido usar qualquer outro material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho.
- E. Você dispõe de até 4 (quatro) horas para concluir a prova, incluindo o preenchimento do cartão de respostas.
- F. Você somente poderá se retirar da sala de prova objetiva 2 (duas) horas após o início da mesma.
- G. Ao finalizar a prova você deverá devolver ao fiscal este caderno de prova e o cartão de respostas devidamente assinado, sob pena de caracterização de sua desistência no Concurso.
- H. Não se esqueça de assinar a lista de presença.
- I. Os três últimos candidatos deverão entregar a respectiva prova e cartão de respostas e retirar-se da sala simultaneamente.
- J. O gabarito das provas objetivas desse concurso será divulgado a partir das 18 horas de hoje, conforme prevê o edital.
- K. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense deseja-lhe BOA PROVA.

Considere os textos para responder à questão a seguir:

Texto 1

O futuro do trabalho

“[...]”

Seja como for, é preciso resolver os problemas do desemprego e da informalidade, que são mais acentuados nos países subdesenvolvidos. O caminho é estabelecer políticas de geração de empregos, além de garantir melhores condições para os trabalhadores em ocupações precárias.

Uma das saídas é a redução da jornada de trabalho: as pessoas trabalham menos para que se abram vagas para as desempregadas. Outra estratégia é instituir programas de formação profissional e de microcrédito para trabalhadores autônomos, desempregados e pequenas empresas.”

Vestibular-Editora Abril, nov., 2002.

Texto 2

Conflito de gerações

“- Marquinhos... Marquinhos! [...]”

O filho tentou disfarçar, lá no fundo do quintal, tirando meleca do nariz, mas, quando a mãe chamava assim, era melhor ir. Na cozinha, a mãe ao lado da geladeira aberta, com uma garrafa e um saco plástico vazios nas mãos:

- Você comeu toda a salsicha?!

- Não é bem verdade...Eu só usei as salsichas pra acabar com a mostarda. Já estava até verde! Alguém ia acabar comendo estragado e ficar doente.

[...]”

- Você tem resposta pra tudo, não?!

- Não é bem verdade... é a senhora que sempre pergunta.

- Você é uma gentinha! Só uma gentinha, tá entendendo?

O filho ficou olhando praquela mãe batendo com o pé no chão, bem nervosa mesmo, mais alta que a geladeira e tudo. Aí foi obrigado a dizer:

- É... isso eu acho que é verdade.”

BONASSI, Fernando. In: Folha de São Paulo, 23 nov. 2002.

1) Ao analisar a linguagem e o discurso do texto 1 e do texto 2 respectivamente. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) no texto 1, a linguagem é mais informal, seguindo à norma padrão; utiliza-se ainda o discurso indireto, envolvendo questões sociais. No texto 2, percebe-se uma linguagem menos informal e um discurso direto entre mãe e filho.
- B) no texto 1, a linguagem é coloquial, seguindo à norma padrão; tem-se ainda o discurso indireto e direto, aplicado à interpretação do cotidiano. Já no texto 2, a linguagem é formal, ocorre ainda um diálogo entre mãe e filho.
- C) no texto 1, a linguagem é mais formal, obedecendo à norma culta; consegue-se ainda identificar um discurso indireto, aplicado interpretativamente às questões sociais. Já no texto 2, além de uma

linguagem informal, em que se notam repetições e frases, ocorre, também, um diálogo entre mãe e filho.

D) no texto 1, a linguagem é formal, segundo à norma culta; tem-se ainda a presença do discurso direto que revela questões da comunidade. Já no texto 2, a linguagem é culta e o discurso é direto.

E) no texto 1, a linguagem é menos formal, no entanto, segue à norma culta; identifica-se ainda o discurso indireto, aplicado à análise do cotidiano. No texto 2, a linguagem é coloquial e o discurso é direto entre mãe e filho.

Leia o texto abaixo para responder às questões 2 e 3.

Desterritorializar

As buscas mais radicais sobre o que significa estar entrando e saindo da modernidade são as dos que assumem as tensões entre desterritorialização e reterritorialização. Com isso refiro-me a dois processos: a perda da relação "natural" da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas.

Para documentar essa transformação das culturas contemporâneas, analisarei primeiro a transnacionalização dos mercados simbólicos e as migrações. Depois, proponho-me a explorar o sentido estético dessa mudança seguindo as estratégias de algumas artes impuras.

1. Houve um modo de associar o popular com o nacional que nutriu, conforme notamos em capítulos anteriores, a modernização das culturas latino-americanas. Realizada primeiro sob a forma de dominação colonial, logo depois como industrialização e urbanização sob modelos metropolitanos, a modernidade pareceu organizar-se em antagonismos econômico-políticos e culturais: colonizadores vs. colonizados, cosmopolitismo vs. nacionalismo. O último par de opostos foi o utilizado pela teoria da dependência, segundo a qual tudo se explicava pelo confronto entre o imperialismo e as culturas nacional-populares.

Os estudos sobre o imperialismo econômico e cultural serviram para conhecer alguns dispositivos usados pelos centros internacionais de produção científica, artística e comunicacional que condicionavam, e ainda condicionam, nosso desenvolvimento. Mas esse modelo é insuficiente para entender as atuais relações de poder. Não explica o funcionamento planetário de um sistema industrial, tecnológico, financeiro e cultural, cuja sede não está em uma só nação, mas em uma densa rede de estruturas econômicas e ideológicas. Também não dá conta da necessidade das nações metropolitanas de flexibilizar suas fronteiras e integrar suas economias, sistemas educativos, tecnológicos e culturais, como está acontecendo na Europa e na América do Norte.

A desigualdade persistente entre o que os dependentistas chamavam o primeiro e o terceiro mundo mantém com relativa vigência alguns de seus postulados. Mas ainda que as decisões e benefícios dos intercâmbios se concentrem na burguesia das metrópoles, novos processos tornam mais complexa a assimetria: a descentralização das empresas, a simultaneidade planetária da informação e a adequação de certos saberes e imagens internacionais aos conhecimentos e hábitos de cada povo. A disseminação dos produtos simbólicos pela eletrônica e pela telemática, o uso de satélites e computadores na difusão

cultural também impedem de continuar vendo os confrontos dos países periféricos como combates frontais com nações geograficamente definidas. [...]

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

2) Ao observar estruturação e articulação respectivamente presentes no texto. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) No desenvolvimento do texto, “disseminação dos produtos simbólicos” reave a ideia de “nações em confronto.”
- B) Na introdução do texto, “entrando e saindo da modernidade” retoma a ideia de “territorialização e desterritorialização.”
- C) Na conclusão do texto, “postulados” assume a ideia de “decisões e produtos.”
- D) Na introdução do texto, “assumem as tensões entre desterritorialização e reterritorialização” trata “da perda da relação da cultura e das produções simbólicas.”
- E) No desenvolvimento do texto, “cosmopolitismo” trata “do funcionamento planetário.”

3) Verifique nas frases abaixo a flexão das formas verbais e assinale a alternativa CORRETA:

- A) houveram modos de associar o popular com o nacional que nutria, conforme notava-se em capítulos anteriores, a modernização das culturas latino-americanas.
- B) haviam modos de associar o popular com o nacional que nutriam, conforme notava-se em capítulos anteriores, a modernização das culturas latino-americanas.
- C) o primeiro e o terceiro mundo mantêm com relativa vigência alguns dos seus postulados.
- D) o uso de satélites e computadores na difusão cultural, também, impede de continuarem vendo os confrontos dos países periféricos como combates frontais com nações geograficamente definidas.
- E) o último par de opostos foram utilizados pela teoria da dependência, segundo a qual tudo se explicava pelo confronto entre o imperialismo e as culturas nacional-populares.

4) Leia, logo abaixo, a "Tirinha do Calvin e Haroldo":
Quem não é Sobremesariano também?



http://verbagem.blogspot.com.br/2009_05_01_archive.html

Nessa tira, Calvin é incitado por sua mãe a alimentar-se de maneira saudável com comida vegetariana; o garoto, então, utiliza a palavra sobremesariano para expressar a sua preferência alimentar. Assinale a alternativa CORRETA quanto à formação da palavra utilizada por Calvin.

- A) o termo sobremesariano é construído por derivação e composição, produzindo uma palavra perene, instituída como parte do vocabulário no diálogo entre Calvin e a sua mãe.
- B) o termo sobremesariano é formado de um sufixo e de um radical, ou ainda, de uma palavra primitiva ou uma palavra já derivada, como ensina Faraco e Moura. Sobremes + ariano (palavra primitiva + sufixo), tornando-se parte do vocabulário oficial, que Calvin vem reproduzir no diálogo com a sua mãe.
- C) o termo sobremesariano se constitui de significante (forma fônica) associado a conceito novo, logo surge como forma de suprir uma necessidade vocabular, seja ela momentânea como no diálogo acima.
- D) o termo sobremesariano ocorre quando, ao unir palavras elas sofrem alteração de pronúncia, se dá como uma maneira de Calvin chamar a atenção da sua mãe.
- E) o termo sobremesariano é a união de palavras cujas pronúncias foram preservadas, assim como: rodapé e hibridismo, aparece, de fato, para repercutir a insatisfação de Calvin em relação a comida vegetariana.

5) Leia o poema, do escritor modernista, Oswald de Andrade:
Pronominais

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.*

Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/NTU4NjA3/> Acesso em: 10 nov. 2012.

Assinale a alternativa INCORRETA referente ao uso da colocação pronominal:

- A) é aceitável utilizar a próclise na liberdade poética.
- B) mostra no poema os distintos usos do pronome.
- C) o pronome antes do verbo não é aceitável gramaticalmente.
- D) afirma que não há normas para o uso de pronomes.
- E) há transformação no uso do pronome.

6) Leia o texto abaixo:

“Todos os participantes já estavam cientes de que a aventura pela mata seria longa e cansativa, mesmo assim o guia insistiu em que, antes da partida, eles se alimentassem bem. No início da caminhada, ele lembrou a todos de que o retorno seria à noite, ressaltando de que a união era fundamental para a segurança do grupo.”

Disponível em: <http://9anoevangelium.blogspot.com.br/2012/04/para-quem-quer-estudar-mais-e-para-quem.html>. Acesso em: 10 nov. 2012.

Assinale a alternativa CORRETA a respeito da palavra em negrito no texto:

- A) é pronome relativo, uma vez que se trata de oração subordinada adjetiva.
- B) é conjunção explicativa, uma vez que dá uma informação, trata-se de uma oração subordinada explicativa.
- C) é conjunção integrante, uma vez que inicia orações subordinadas substantivas.
- D) é conjunção restritiva, uma vez que restringe a ideia, tem-se, aí, uma oração subordinada restritiva.
- E) é conjunção aditiva, uma vez que estabelece relações entre frases, trata-se de uma oração coordenada sindética aditiva.

7) Leia os períodos:

- I) Os alunos saíram mais cedo da aula para assistir ao novo episódio de Jornada nas Estrelas.
- II) Sou Frankenstein, o terrível, e sempre consigo o que estou a fim.
- III) Prefiro rosas, meu amor, à espinhos.
- IV) Depois da manifestação na prefeitura, os alunos retornaram à escola.
- V) A estrada corre paralelamente a ferrovia e chega a cidadezinha.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) somente a afirmativa I está correta.
- B) somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- C) somente as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.
- D) somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- E) somente as afirmativas I e II estão corretas.

8) Identifique se estão certas (C) ou erradas (E) as orações abaixo em relação às regras de concordância verbal ou nominal.

- I) () Dava meio dia no cortiço; as lavadeiras relaxavam.
- II) () Soou uma hora.
- III) () nem um, nem outro sabe matemática.
- IV) () a casa apresentava portões e porta estragada.
- V) () senhoras, fiquem alertas para o chamado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) C – C – C - C – E
- B) E – C – E – C – C
- C) C – C – E – C - E
- D) E – E – C – E – E
- E) C – C – C – E - E

9)

GRUMP - Orlandelli



Nessa tira, o tema apresentado é a nova ortografia, portanto, assinale a alternativa INCORRETA quanto às mudanças do acordo ortográfico, que passou a vigorar, no Brasil, a partir de 1º. de janeiro de 2009.

- A) Não se usa mais acento em ditongos abertos: éi, oi das paroxítonas, como, por exemplo, se antes se escrevia: Coréia agora se escreve: Coreia.
- B) Continua inalterada a regra em relação ao uso do hífen após o prefixo sub, quando o segundo elemento termina com h, como, por exemplo: sub-humano.
- C) O acento que diferencia pára e para não existe mais.
- D) Escrever ele detém ou eles detêm está de acordo com o novo acordo ortográfico.
- E) Quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começar por uma vogal diferente, não ocorre o uso do hífen, como, por exemplo, infraestrutura.

10) Em relação à oração, identifique a questão INCORRETA quanto à pontuação e quanto à função das classes de palavras respectivamente.

- A) Imagine, compadre, quem é que venceu a eleição! O vocábulo compadre exerce o papel de substantivo próprio na oração.
- B) Todos preferiram ir ao cinema; eu, ao teatro. O vocábulo preferiram exerce o papel de verbo na oração.
- C) No inverno, através dos vidros, ele vê a trama dos finos galhos negros. A palavra ele exerce a função de pronome.
- D) Chegou, entrou bem quieto, foi para o seu quarto e não falou com ninguém. A palavra quieto trata-se de um adjetivo na oração.
- E) Mãe, estou aqui! A palavra aqui se trata de um advérbio na oração.

Leia o trecho a seguir, da canção João e Maria, de Chico Buarque e responda às questões **11** e **12**.

11) A canção João e Maria, de Chico Buarque, usa o tempo lingüístico como uma construção da linguagem.

*[...]
Agora eu era o rei
Era o bedel e era também juiz
E pela minha lei
A gente era obrigado a ser feliz
E você era a princesa que eu fiz coroar
E era tão linda de se admirar
Que andava nua pelo meu país*

Disponível: <http://letras.mus.br/chico-buarque/45140/>. Acesso em: 9 nov. 2012.

Assinale a alternativa CORRETA quanto ao emprego dos tempos verbais:

- A) utiliza-se em lugar do presente o pretérito imperfeito.
- B) tem-se no lugar do presente o pretérito perfeito.
- C) aparece no lugar do presente o pretérito mais que perfeito.
- D) usa-se no lugar do presente o pretérito do subjuntivo.
- E) tem-se no lugar do presente o imperativo negativo.

12) Em relação à palavra bedel presente na canção supracitada, assinale a opção INCORRETA quanto a sua significação:

- A) inspetor.
- B) escrivão.
- C) monitor.
- D) chefe de disciplina.
- E) acessor.

13) De acordo com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar, EXCETO:

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
- B) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- C) O plano nacional de educação, tem objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) O ensino público, com pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, será ministrado com base nos seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
- E) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa.

14) De acordo com a Lei 8.112, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores públicos Civis da União, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as seguintes afirmativas:

- () O servidor poderá receber indenizações a título de: ajuda de custo, diárias, transporte, adicional noturno e auxílio moradia.
- () Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.
- () O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, mesmo se houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles.
- () Ao servidor é permitido em situações de emergência e transitórias cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa.
- () Ao servidor é assegurado o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo. O requerimento será encaminhado diretamente pelo servidor à autoridade competente para decidi-lo.

Assinale a alternativa que representa a seqüência correta, de cima para baixo:

- A) F – V – F – V – F.
- B) V – V – F – F – V.
- C) V – F – F – V – V.
- D) F – F – V – F – F.
- E) F – V – V – V – F.

15) De acordo com a Constituição Federativa do Brasil de 1988, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as seguintes afirmativas:

- () São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- () Ao servidor ocupante de cargo efetivo ou de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime geral de previdência social.

- () É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos de professor, exceto, quando houver compatibilidade de horários.
- () Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- () Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, o que não assegura igualdade de condições a todos os concorrentes.

Assinale a alternativa que representa a seqüência correta, de cima para baixo:

- A) F – V – F – V – F.
- B) V – F – F – V – F.
- C) F – F – V – F – V.
- D) V – V – F – V – F.
- E) V – F – F – F – V.

16) Considerando a Lei 8.112, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores públicos Civis da União, relacione as palavras abaixo, numeradas de 1 a 5, com as sentenças que seguem:

- 1 – posse
- 2 – nomeação
- 3 – redistribuição
- 4 – demissão
- 5 – remoção

- () Deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- () Forma de provimento de cargo público.
- () Investidura em cargo público.
- () Forma de vacância do cargo público.
- () Deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

Assinale a alternativa que representa a seqüência correta, de cima para baixo:

- A) 3, 2, 1, 4, 5.
- B) 5, 1, 2, 4, 3.
- C) 4, 1, 2, 3, 5.
- D) 5, 2, 1, 4, 3.
- E) 3, 4, 2, 5, 1.

17) Em relação a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, disposta na Lei 11.091, analise as afirmativas a seguir:

- I – O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação, chamada Progressão por Mérito Profissional.
- II - Planejar e avaliar as atividades são atribuições exclusivas para os cargos de nível de classificação “D” e “E” que integram o plano de carreira,

enquanto organizar e executar as atividades são atribuições dos cargos de nível “A”, “B” e “C”.

- III - O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do 1o (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e experiência estabelecidas em Lei.
- IV - Os servidores lotados nas Instituições Federais de Ensino integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação farão jus à Vantagem Pecuniária Individual – VPI.
- V- O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor.

São VERDADEIRAS as afirmativas:

- A) I e III.
- B) IV e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e V.
- E) III e V.

18) Pelos normativos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, são deveres fundamentais do servidor, EXCETO:

- A) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- B) Exercer sua função, poder ou autoridade, mesmo que com finalidade estranha ao interesse público, observando as formalidades legais e os processos administrativos expressos em lei.
- C) Ser cortês, ter urbanidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social.
- D) Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
- E) Cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.

19) De acordo com a Lei 11.892, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as seguintes afirmativas:

- () Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores, todos eleitos para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ao cargo.
- () É finalidade dos Institutos Federais ofertar educação profissional e tecnológica, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

- () É objetivo dos Institutos Federais ministrar apenas cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- () Quanto a estrutura organizacional, os Institutos Federais terão como órgãos superiores o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Reitor.
- () É objetivo dos Institutos Federais ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática.

Assinale a alternativa que representa a seqüência correta, de cima para baixo:

- A) V – F – F – F – V.
- B) V – V – V – F – F.
- C) F – V – F – V – V.
- D) F – V – F – F – V.
- E) F – F – V – V – F.

20) Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, relacione as palavras abaixo, numeradas de 1 a 5, com as sentenças que seguem:

- 1 – dignidade
- 2 – moralidade
- 3 – verdade
- 4 – ética
- 5 – cortesia

- () Deve nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele.
- () O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- () Juntamente com a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.
- () O servidor público não poderá jamais desprezar em sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto.
- () Na Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da idéia de que o fim é sempre o bem comum.

Assinale a alternativa que representa a seqüência correta, de cima para baixo:

- A) 1, 3, 5, 4, 2.
- B) 3, 2, 1, 5, 4.
- C) 1, 3, 2, 5, 4.
- D) 4, 1, 5, 3, 2.
- E) 1, 2, 4, 5, 3.

21) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades, exceto:

- A) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- C) Elaborar em conjunto com o Sistema de Controle Externo o planejamento de suas atividades;
- D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- E) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

22) As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição, vinculando-se:

- A) ao dirigente máximo da entidade, podendo ser delegada a outra;
- B) ao presidente do conselho de administração;
- C) a Pró Reitoria de Administração;
- D) ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes;
- E) ao Tribunal de Contas da União

23) Segundo a Lei 4.320/64, a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade, sendo que dela integrarão, exceto:

- A) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- B) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- C) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- D) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
- E) Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

24) Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida na Lei 8.443/92, exceto:

- A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República;
- B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário;
- C) proceder, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas comissões, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos poderes da União;
- D) apreciar, para fins de registro, na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório
- E) representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades, inclusive as de Ministro de Estado ou autoridade de nível hierárquico equivalente;

25) As contas dos administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, serão anualmente submetidas a julgamento do Tribunal de Contas da União, sob forma de tomada ou prestação de contas, organizadas de acordo com normas estabelecidas em instrução normativa, devendo integrar, exceto:

- A) parecer da procuradoria jurídica quanto a legalidade dos atos de gestão;
- B) relatório de gestão;
- C) relatório do tomador de contas, quando couber;
- D) relatório e certificado de auditoria, com o parecer do dirigente do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas;
- E) pronunciamento do Ministro de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente.

26) Segundo a Lei 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, exceto quando:

- A) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
- B) apliquem jurisprudência firmada sobre a questão;
- C) dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;
- D) decidam recursos administrativos;
- E) decorram de reexame de ofício;

27) Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, exceto:

- A) avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual;
- B) fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento;
- C) realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;
- D) apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais e, quando for o caso, comunicar à unidade responsável pela contabilidade para as providências cabíveis;
- E) Proteger as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União;

28) Segundo a IN/SFC nº 01/2001, o conceito de Auditoria de Avaliação da Gestão é:

- A) é realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- B) compreende o exame dos registros e documentos e na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto. Objetivam obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas. Tem por objeto, também, verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos com vistas a emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras.
- C) consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração pública federal, programas de governo, projetos,

atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações, que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial. Este tipo de procedimento auditorial, consiste numa atividade de assessoramento ao gestor público, com vistas a aprimorar as práticas dos atos e fatos administrativos, sendo desenvolvida de forma tempestiva no contexto do setor público, atuando sobre a gestão, seus programas governamentais e sistemas informatizados.

- D) objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente. Classifica-se nesse tipo os demais trabalhos auditoriais não inseridos em outras classes de atividades.
- E) objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

29) Segundo a IN/SFC nº 01/2001, as auditorias serão executadas das seguintes formas, exceto:

- A) Direta Centralizada;
- B) Direta Descentralizada;
- C) Indireta Compartilhada;
- D) Indireta Terceirizada
- E) Direta Operacional;

30) Os Papéis de Trabalho – PT, são documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do Sistema de Controle Interno. Baseado na IN 01/SFC, assinale a finalidade incorreta:

- A) auxiliar na execução dos exames;
- B) evidenciar o trabalho feito e as conclusões emitidas;
- C) auxiliar na resposta do auditado;
- D) servir de suporte aos relatórios;
- E) constituir um registro que possibilite consultas posteriores, a fim de se obter detalhes relacionados com a atividade de controle realizada;

31) Segundo a IN/SFC 01, para cada atividade realizada, o Órgão ou Unidade de Controle Interno do Poder Executivo Federal deve elaborar relatório, parecer ou certificado, quando couber, ou nota, que são genericamente denominadas formas de comunicação. Esses documentos devem refletir os resultados dos exames efetuados, de acordo com a forma ou tipo de atividade. As informações que proporcionem a abordagem da atividade, quanto aos atos de gestão, fatos ou situações observados, devem reunir principalmente os seguintes atributos de qualidade, exceto:

- A) Complexidade;
- B) Convicção
- C) Integridade
- D) Oportunidade
- E) Coerência

32) O objetivo geral dos controles internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades, por meio dos princípios e instrumentos próprios e, quando implementados dentro de uma organização devem, exceto:

- A) realizar periodicamente auditorias de acompanhamento;
- B) prioritariamente, ter caráter preventivo;
- C) permanentemente, estar voltados para a correção de eventuais desvios em relação aos parâmetros estabelecidos;
- D) prevalecer como instrumentos auxiliares de gestão;
- E) estar direcionados para o atendimento a todos os níveis hierárquicos da administração.

33) A Auditoria Interna constitui-se em um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada, e tem como característica principal assessoramento à alta administração da entidade, buscando agregar valor à gestão, tendo como atividades específicas as seguintes, exceto:

- A) aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna RAAAI, elaborados pela unidade de controle interno;
- B) assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- C) verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- D) orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- E) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

- 34)** Segundo a Lei de Licitações (Lei 8.666/93), assinale a opção incorreta:
- A) Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - B) Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - C) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
 - D) A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
 - E) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.

35) Nos processos de licitação, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. A margem de preferência será estabelecida com base em estudos revistos periodicamente, em prazo não superior a 5 (cinco) anos, que levem em consideração, exceto:

- A) geração de emprego e renda;
- B) efeito na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais;
- C) desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País;
- D) custo adicional dos produtos e serviços;
- E) a quantidade a ser adquirida ou contratada;

36) São modalidades de licitação previstas na Lei 8666/93, exceto:

- A) tomada de preços;
- B) convite;
- C) concurso;
- D) leilão.
- E) pregão;

- 37)** Segundo o artigo 24 da Lei 8.666/93, é dispensável a licitação, exceto:
- A) para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
 - B) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
 - C) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
 - D) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
 - E) para a aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela Finep, pelo CNPq ou por outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico;
- 38)** Edital é o documento através do qual a instituição compradora estabelece todas as condições da licitação que será realizada e divulga todas as características do bem ou serviço que será adquirido, devendo indicar obrigatoriamente, exceto:
- A) o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços mínimos;
 - B) objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
 - C) sanções para o caso de inadimplemento;
 - D) local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
 - E) critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

39) Tendo por base a Lei de Licitações e com relação aos Contratos Administrativos, assinale a opção incorreta:

- A) É proibido a qualquer licitante ou interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório, por tratar-se de documento institucional;
- B) Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- C) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
- D) Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.
- E) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

40) Segundo a Lei 8666/93, não constitui motivo para rescisão do contrato:

- A) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- B) o atraso inferior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- C) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- D) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- E) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;